



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS / BACHARELADO

MATERNIDADE E FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Victoria Luizy Ferreira Soares Marques

Maceió - AL
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS / BACHARELADO

MATERNIDADE E FORMAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências sociais, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Nádia Meinerz

Maceió - AL
2021

Victoria Luizy Ferreira Soares Marques

Maternidade e formação superior: um estudo a partir da divisão sexual do trabalho

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências sociais, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais e aprovado em 26 de outubro de 2021.



Prof(a). Nádia Meinerz (orientadora)

Banca Examinadora:



Prof(a) Telma Low Silva Junqueira – Universidade Federal de Alagoas (Examinadora)



Prof(a) Marina Félix de Melo – Universidade Federal de Alagoas (Examinadora)

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, que me sustentou até aqui; em segundo lugar aos meus pais – em especial minha amada mãe, que foi minha maior incentivadora – que me deram suporte para concluir o curso; e por fim ao meu filho, Felipe, que é a minha maior motivação.

RESUMO

O presente estudo objetiva identificar como a divisão sexual do trabalho aparece nos relatos sobre a maternidade e quais são os desdobramentos percebidos na vida acadêmica das mulheres. Ademais, pretende-se identificar a existência de políticas públicas destinadas às mães universitárias e observar a funcionalidade das redes de apoio dessas mulheres. A fim de alcançar os objetivos propostos, este trabalho foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, com universitárias que maternam. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas e como resultado de pesquisa foi possível observar que seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado de suas crianças. Neste sentido, os relatos demonstram que após a gravidez se tornou mais difícil a realização de atividades acadêmicas porque as demandas maternas passaram a interferir no tempo que as mães universitárias dedicam aos estudos.

Palavras-Chave: Maternidade; Vida acadêmica; Divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

The present study aims to identify how the sexual division of labor appears in the reports on motherhood and what are the consequences perceived in the academic life of women. In addition, it is intended to identify the existence of public policies aimed at university mothers and observe the functionality of the support networks of these women. In order to achieve the proposed objectives, this work was developed from a qualitative approach, with university students who maternally. Data collection was carried out through interviews and as a result of research it was possible to observe that following the logic of the sexual division of labor women are primarily responsible for the care of their children. In this sense, the reports show that after pregnancy it became more difficult to perform academic activities because maternal demands began to interfere with the time that university mothers dedicate to studies.

Keywords: Maternity; Academic life; Sexual division of work.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trará um debate sobre a experiência de mulheres que foram mães durante a graduação, a fim de expor os contextos de desigualdades que essas mulheres podem estar inseridas e, contribuir para a construção de políticas públicas e de programas específicos de assistência estudantil voltados para a parentalidade.

A aproximação com o tema foi suscitada pela necessidade de reflexão sobre a minha experiência com a maternidade durante a graduação. Descubri a gravidez no quarto período (atualmente meu filho tem 2 anos) e ao me tornar mãe, pude sentir o impacto das desigualdades entre os sexos – no que se refere à responsabilização pela criança – sobre a minha vida acadêmica. Tendo isso em vista, a importância da produção de conhecimento sobre esse tipo de realidade no estado de Alagoas, parte dessa experiência individual e aprofunda-se na vivência de outras mulheres

Ao compartilhar o papel de mãe-universitária utilizei a teoria feminista, pois a partir da leitura de Jaggar (1997, p. 176) compreendi que esta me permite utilizar minha experiência como um “privilegio epistêmico” no que tange o acesso aos relatos e partilha de experiências sobre maternidade e, por conseguinte trazer uma análise mais próxima das vivências das mulheres que além de mães são discentes do ensino superior.

De acordo com Guérin (2003, p.79) as obrigações domésticas – cuidados com pessoas dependentes, como crianças e idosos (as), e os trabalhos domésticos – eram, e continuam sendo em diversos países, responsabilidade exclusivamente feminina; responsabilidade essa que anula a liberdade individual da mulher, em prol da eficácia coletiva como reprodutora e cuidadora. Partindo desse pressuposto, neste trabalho será possível observar que assim como eu, as minhas interlocutoras são as principais responsáveis pelo cuidado de seus/suas filhos/filhas, de modo que os pais não costumam dedicar muito tempo às atividades paternas.

De acordo com os ensinamentos de Kergoat (2003, p.55) percebemos que a atribuição de papéis diferentes para homens e mulheres se dá porque a divisão sexual do trabalho rege as relações sociais entre os sexos. Tal divisão apresenta dois princípios organizadores: o da separação, que delimita quais são os trabalhos próprios para o sexo masculino e os para o sexo feminino; e o da hierarquização que define que os trabalhos executados pelos homens têm mais valor do que os trabalhos desempenhados pelas mulheres.

Neste sentido, diante do que foi supracitado, este trabalho buscou identificar como a divisão sexual do trabalho aparece nos relatos sobre a maternidade e quais são os desdobramentos percebidos na vida acadêmica das mulheres. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas.

O grupo pesquisado foi composto por seis (6) acadêmicas oriundas de Alagoas, com idades entre 24 e 30 anos e pertencentes a diferentes instituições de nível superior. A escolha das entrevistadas se deu a partir da técnica de bola de neve, partindo das redes de relações da pesquisadora, especialmente dos contatos estabelecidos dentro do circuito universitário.

Atribuí às minhas entrevistadas os seguintes nomes fictícios: Ana, Brenda, Carol, Duda, Emília e Franciele. Ana mora com os pais e a filha na Fazenda Porto Alegre no município de Murici/Alagoas; tem 25 anos, se auto identifica como branca; cursa pedagogia e descobriu a gestação no primeiro período, atualmente sua filha tem 2 anos. Brenda reside somente com a filha em Campo Grande, também no município de Murici/Alagoas; tem 28 anos e afirma que apesar de ter pele branca, se autodeclara como negra em razão da sua descendência; cursa engenharia florestal e descobriu a gravidez no 4º período, nos dias atuais sua filha tem 3 anos. Carol mora com os pais e a filha no município de Rio Largo/Alagoas, tem 24 anos, se auto identifica como parda; cursa nutrição e descobriu a gestação no 6º período, hodiernamente sua filha tem 2 anos. Duda reside com a mãe, a irmã e a filha em Chã do Pilar, tem 24 anos se reconhece como branca; cursa ciências sociais e descobriu a gravidez no 5º período, atualmente sua filha tem 8 meses. Emília mora com o marido e as duas filhas no Benedito Bentes, tem 28 anos, se autodeclara como parda, cursa direito e descobriu as gestações no 1º e no 8º período, nos dias atuais suas filhas têm 8 anos e 1 ano. Já Franciele coabita com o filho, residia no bairro da Santa Lúcia (Maceió-Alagoas) e se mudou para a cidade de Cruz das Almas na Bahia, se reconhece como negra, cursa agroecologia e descobriu a gestação no 3º período, hodiernamente seu filho tem 2 anos.

A princípio entrei em contato com nove (9) mulheres e mesmo que todas tenham aceitado participar das entrevistas, somente seis (6) deram continuidade. As três (3) mulheres que abortaram essa pesquisa já haviam sinalizado falta de tempo devido ao trabalho e as demandas maternas, elas não chegaram a expressar uma recusa à participação na pesquisa, mas passaram a não responder, interrompendo o fluxo de comunicação.

Devido ao cenário pandêmico as entrevistas foram realizadas através do whatsApp. Em um primeiro momento busquei me apresentar e conhecer um pouco mais das singularidades das mulheres com as quais estava entrando em contato. Depois enviei o roteiro de entrevista para todas as mulheres e procurei corresponder às condições de diálogos que elas apresentaram. Enquanto algumas preferiram responder as perguntas através de áudios, outras acharam mais cômodo digitar. As entrevistadas não apresentaram nenhum tipo de incômodo para responder às minhas questões, mas pelo contrário, sempre se mostraram dispostas a responder os

questionamentos iniciais e os que foram aparecendo ao decorrer da entrevista. É claro que cada uma delas tinha o seu tempo, enquanto umas respondiam em dias ou no mesmo dia outras precisaram de um tempo a mais.

Pude observar através das entrevistas que a divisão sexual do trabalho influencia nas expectativas de feminilidade e masculinidade, de modo que as atividades tidas como femininas, como a criação dos/das filhos/filhas e o cuidado com a casa, são realizadas pelas entrevistadas. Exploro ao longo do texto a relação entre a mulher e a maternidade a fim de evidenciar que a maternidade pode representar simultaneamente “uma especificidade valorizada – o poder de dar a vida –, uma função social em nome da qual reivindicar direitos políticos ou direitos sociais, e uma das fontes da opressão” (COLLIN e LABORIE, 2009, p. 133).

Ademais, no que se refere aos desdobramentos da divisão sexual do trabalho sobre a vida acadêmica das mulheres que eu entrevistei, observei que a responsabilização com as demandas maternas influencia de várias formas na vida das entrevistadas, porém mais diretamente no tempo que elas dedicam aos estudos. Na minha experiência lidei com dificuldades para realizar leituras, iniciar e concluir trabalhos, ter um tempo exclusivo para estudar, manter a concentração e outras. Já as mulheres com quem conversei relataram não só essas dificuldades como também a dilatação no tempo estimado para a conclusão do curso e em alguns casos a também interrupção da graduação. Desse modo, verifica-se que é preciso dar mais visibilidade às consequências da chegada de um/uma filho/filha na vida universitária das mulheres a fim de tentar minimizar as disparidades entre os sexos nas universidades.

2. A Divisão sexual do trabalho

Mesmo que as mulheres hodiernamente tenham acesso a direitos que antes eram masculinos, não se pode negar a perpetuação das desigualdades de sexo. Correa (2011, p. 340) aponta que as trajetórias de homens e mulheres são semelhantes no que se refere ao acesso à educação, as opções profissionais e as opções conjugais, mas mesmo que se verifique que no início do século XXI as mulheres estavam definitivamente ocupando espaços públicos no mundo do trabalho e da política, em nenhum país os homens compartilharam, na mesma dimensão, os espaços privados e as responsabilidades da reprodução.

Essa atribuição de pesos diferentes no espaço privado – no lar – e na responsabilização com os(a) filhos(a) tem uma “justificativa”. Kergoat (2003, p.55) mostra que as condições em que vivem homens e mulheres não são frutos de um destino biológico, mas sim de construções sociais. Segundo a autora, homens e mulheres formam dois grupos sociais que estão inseridos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas relações têm o trabalho como a sua base material e se exprimem através da divisão sexual do trabalho.

Ainda segundo a ótica de Kergoat (2003, p 55-56), mesmo que a divisão sexual do trabalho seja adaptável historicamente a cada sociedade ela é característica por reservar aos homens a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva. Assim, esta divisão gera expectativas de feminilidade e masculinidade que antecedem os sujeitos nas possibilidades e restrições de acesso ao estudo, ao trabalho, ao lazer e à saúde.

Quando se pensa em cuidados com uma criança, facilmente se associa a função do cuidado às mulheres, sejam elas mães, tias, avós, babás e outras. Na minha experiência, sou a principal responsável pelo cuidado do meu filho, de modo que só consigo realizar tarefas não maternas se estas estiverem em sintonia com as demandas da minha criança, ou caso eu possa contar com algum tipo de apoio. Conversei com seis (6) mulheres e todas elas também relataram ser as principais responsáveis pelo cuidado de seus/suas filhos/filhas.

Duas dessas mulheres relataram a ausência do pai na vida de suas crianças. Desses dois pais ausentes um deles contribui com R\$150,00 por mês, mas não participa ativamente da vida da filha. Já o outro não está envolvido com a filha nem afetivamente nem financeiramente. Neste sentido, chamo atenção para dados mais amplos sobre a frequência das famílias que convivem com o abandono afetivo paterno. De acordo com Moraes (2020), dados do Conselho Nacional de Justiça de 2019 revelam que mais de cinco (5) milhões de brasileiros(as) não possuem o registro dos pais na certidão de nascimento. Contudo, ainda segundo o autor, há também

aqueles(as) que são registrados(as), mas convivem com a completa ausência e negligência dos pais em toda sua jornada de crescimento.

Frente ao abandono paternal, as mães além de responsáveis pelos cuidados das crianças, no geral, se tornam também a principal responsável financeira por elas. A partir dos dados do IBGE, de 2018, Marques (2020) descreve que o Brasil reunia aproximadamente 11,5 milhões de “mães solo” que não podiam contar com a presença e responsabilidade dos pais nos cuidados e na educação dos(as) filhos(as). A autora também destaca que segundo o Instituto Locomotiva de Pesquisa e Estratégias, 57% dessas “mães solo” vivem abaixo da linha de pobreza, de modo que com a pandemia da COVID-19, 31% dos lares sustentados por essas mulheres já enfrentaram a falta de produtos de higiene, e 35%, enfrentaram a falta de alimentos.

Ademais, no que se refere as expectativas de feminilidade pode-se citar também a ideia de conciliação. Isto é, espera-se que a mulher seja capaz de conciliar a maternidade com as demais atividades que desenvolve, como por exemplo, conciliar a maternidade e o trabalho remunerado, conciliar a maternidade com os estudos, ou conciliar a maternidade com as atividades domésticas. No entanto, “...a ideia de conciliação tem um conteúdo fortemente sexuado, pois ‘conciliar’[...] é uma responsabilidade creditada frequentemente às mulheres e não aos homens” (CYRINO, 2011, p.146, *apud* CACOUAULT-BITAUD, 2003). Em outras palavras a ideia de “conciliação” reforça a perpetuação da divisão sexual do trabalho, porque se entende que as responsabilidades sobre o lar e as crianças são destinadas às mulheres, desse modo, os homens são capazes de realizar diversas atividades sem precisar se preocupar com o cuidado integral dos filhos e com as atividades domésticas.

Mesmo que eu esteja tomando como ponto de partida as relações heterossexuais, destaco que, de acordo com Matos (2000, p.1), o Brasil está passando por uma destradicionalização nas estruturas familiares. Isto é, está deixando de se organizar segundo modelos conjugais tradicionais com matriz heterossexual e com conteúdo patriarcal extensivo hierárquico. Apesar disso, Pinheiro et al. (2009, p.853) expõem que há um descompasso entre as mudanças nas relações de gênero e o reconhecimento institucional. A sociedade estaria se organizando de forma diferente, porém ainda estaria convivendo com estruturas arcaicas representadas nas formas de leis, políticas e sentenças judiciais. Ainda segundo estes autores, o aparato legal e as políticas públicas foram desenvolvidos para atender as demandas da família heterossexual tradicional em que o homem é o provedor e a mulher é a responsável pelo cuidado com o lar, assim sendo as famílias brasileiras que não se encaixam nesse modelo estariam expostas a níveis de desproteção legal e social acentuados.

A própria licença maternidade é um exemplo de um direito com viés extremamente sexista. Pinheiro et al. (2009, p. 857) chamam atenção para à percepção das funções e responsabilidades de homens e mulheres diante da paternidade e da maternidade, dado que as mães têm uma licença-maternidade mais extensa que os pais. De acordo com esses autores, apesar desta licença ser um direito das mulheres que têm um trabalho remunerado formal – direito de exercício pleno da maternidade – este não deveria ser um direito voltado apenas para a população feminina, mas sim para toda sociedade, haja visto que o cuidado com os filhos não deve ser interpretado como um dever exclusivo das mulheres. Ainda segundo a percepção de Pinheiro et al. (2009, p.857) a previsão de licenças compartilhadas representaria uma ação proativa do Estado na construção de uma nova cultura relacionada ao papel de homens e mulheres dentro do contexto familiar, já que assim haveria a garantia da aplicação do mesmo dever e do mesmo direito para pais e mães na responsabilização de cuidado com os filhos.

Em seus estudos, Oliveira e Marques (2020) projetam no discurso constitucional uma estratégia de aliança comprometida com o direito fundamental à licença-paternidade. Para esses autores este direito pode impulsionar a redistribuição dos encargos domésticos e de cuidado da prole (que ainda pesam desproporcionalmente sobre as mulheres); pode reconstruir maternidades e paternidades para além do arranjo nuclear, monogâmico e heterossexual e desconfiná-las de variáveis biológicas e laços consanguíneos; e pode também alterar compreensões que colocam os homens unicamente como barreiras à justiça de gênero.

3. A mulher e a maternidade

Durante algum tempo buscou-se justificar as desigualdades entre homens e mulheres a partir da suposta inferioridade biológica feminina. De acordo com Vosne Martins (2004) entre os séculos XVIII e XIX desenrolou-se uma vasta produção científica na qual se procurava encontrar provas que confirmassem a diferença sexual e a especificidade do corpo feminino. Ainda segundo Vosne Martins (2004) grande parte dessa produção historiográfica, referente à história das mulheres e da sexualidade, transparece a preocupação dos cientistas e dos homens cultos da época em entender a fisiologia da mulher a fim de elaborar seus discursos sobre às relações sociais entre homens e mulheres e de estabelecer seus lugares e papéis.

As primeiras ilustrações anatômicas do esqueleto feminino apareceram na década de 1780. Embora os anatomistas estivessem preocupados com a exatidão de suas observações, os esqueletos femininos eram desenhados a partir de uma convenção, de um conceito de feminilidade que informava o cientista. As representações do esqueleto feminino produzidas nessa época e no início do século XIX eram objetivações, isto é, materializações dos

conceitos de feminilidade, como a fragilidade física, a beleza e a delicadeza na figura de esqueletos com crânios pequenos, ossos mais finos e pélvis bastante largas, para evidenciar a “natural” função da mulher: a maternidade. (MARTINS, 2004)

Grosz (2000, p.67) também trata dessa associação problemática entre o corpo feminino e uma suposta inferioridade. Esta autora mostra que os corpos das mulheres foram interpretados como frágeis, imperfeitos e suscetíveis a diversas usurpações que não estão dentro do seu controle consciente de modo que a sexualidade feminina e os poderes de reprodução seriam características culturais que definiam a mulher e a tornava vulnerável e dependente de proteção ou de tratamento especial. Neste sentido, para Grosz (2000), aceitar acriticamente estas concepções do corpo feminino significa colaborar com a desvalorização social do corpo que gera a opressão das mulheres.

Durante muito tempo essa opressão contra as mulheres se deu através da maternidade. A filósofa feminista Simone de Beauvoir (1967, p. 248) argumentou que era através da maternidade que a mulher realizava seu destino fisiológico, haja visto que a maternidade era tida como a vocação “natural” das mulheres. Dada esta projeção da maternidade como um destino biológico inevitável, as feministas radicais encaravam a maternidade “como o eixo central da ‘opressão das mulheres’, já que sua realização determinava o lugar das mulheres na família e sociedade” (SCAVONE, 2001, p.52).

Definir a maternidade como o único fim útil das mulheres enquanto os homens podem desempenhar papéis na vida social, política e econômica significa reproduzir a dominação masculina e conseqüentemente a inferioridade feminina. É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda atividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano (BEAUVOIR, 196, p. 291)

s

Ainda no que concerne à maternidade, segundo Scavone (2001, p. 49), a transição desse modelo tradicional de maternidade em que a mulher era predestinada a ser mãe (com proles numerosas), para um modelo moderno de maternidade no qual a gravidez passa a ser planejada (com proles reduzidas) adveio com a consolidação da sociedade industrial. Com o desenvolvimento das tecnologias reprodutivas de contracepção e concepção, emerge socialmente a possibilidade de escolha sobre se tornar mãe ou não. Todavia sabe-se que essas tecnologias não alcançaram todas as mulheres e que o aborto continua sendo ilegal em diversos países.

Independente do período, a gravidez e a maternidade não são interpretadas e vividas da mesma forma por todas as mulheres. Beauvoir (1967, p.290) nos mostra que a relação das mães com os(as) filhos(as) é definida a partir das suas relações com o marido, com o passado, com

suas funções e consigo mesma, por conseguinte é um erro vislumbrar na criança uma realização universal.

Eu conversei com seis (6) mães universitárias oriundas de Alagoas, com idade entre 24 e 30 anos. Para chegar a este número de entrevistadas inicialmente entrei em contato com nove (9) mulheres. Mas, apesar de em um primeiro momento todas terem aceitado participar da pesquisa, somente seis (6) deram continuidade. Destas três (3) que não prosseguiram duas já haviam sinalizado falta de tempo devido ao trabalho formal e as demandas da (s) criança (s).

Minhas entrevistadas, assim como eu, não planejaram a gestação. As mulheres descreveram sentimentos como surpresa, medo, desespero e “choque” para a descoberta da gravidez. Duas das entrevistadas cogitaram a possibilidade de aborto. No meu caso, não considerei a interrupção como uma opção pra mim, mas senti todos esses sentimentos misturados. O pai do meu filho sempre me falou do desejo de ser pai, mas eu não cogitava ser mãe tão cedo. Senti medo principalmente da reação da minha mãe e do meu pai, mas também me questionava sobre como eu daria conta de me tornar mãe e estudar, sendo que os horários de estudos já eram muito corridos.

Ana, que é moradora de Murici/Al, me contou que no caso dela a descoberta da gravidez desencadeou diversos conflitos: ela morava na residência estudantil e a permanência de crianças não era aceita nesse ambiente; ela não recebeu apoio do pai da criança; ela estava se sentindo muito sozinha; e devido a essas questões anteriores passou a se questionar sobre a possibilidade de interromper a gestação.

Foram vários conflitos ao mesmo tempo porque eu tinha saído de casa para estudar. Na residência não podia ficar com crianças, eles não aceitavam mães. E eu nunca quis ser mãe, era uma coisa assim que não tava nos meus planos. Aí no mesmo dia que eu descobri [a gravidez] também foi o dia que ele me deixou. Ele falou que tava com outra e que tava muito apaixonada e que iria assumir ela. Eu estava com os nervos a flor da pele, porque eu tava me sentindo muito sozinha. Eu já morava em um ambiente que não tinha um carinho de mãe, não tinha carinho de pai, e a pessoa que deveria tá do meu lado naquele momento não se prontificou. Eu pensei algumas vezes na opção de tentar tirar, mas não consegui por ser uma pessoa muito religiosa. Aí eu pensei em dar ela pra alguma família que quisesse ter um filho, porque tem vários grupos no facebook. Uma conhecida falou “você pode dar ela pra um casal que queira ter filho”. E eu fui procurar saber e algumas pessoas vieram falar comigo sobre isso. Só que eu acabei desistindo também. Com o passar do tempo a barriga foi crescendo e eu não conseguia pensar em ficar longe dela. (Ana,2021)

Ana é oriunda da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). A residência Universitária Alagoana (RUA) é uma iniciativa da assistência Estudantil na UFAL, no entanto no Art. 13^o, da instrução normativa n^o 03/2018 verifica-se que é vedada, sob qualquer hipótese, a permanência de crianças nas instalações da RUA. Assim, as mães que necessitarem continuar na residência universitária precisarão se distanciar de seus/suas filhos/filhas.

É válido ressaltar que nesse mesmo Art. observa-se que em caso de paternidade ou maternidade após ingresso na residência, o/a residente que optar pelo desligamento poderá ser atendido(a) com o auxílio-moradia, mediante parecer social do Serviço Social / Gerência de Assistência Estudantil, e disponibilidade orçamentária. Entretanto enquanto os(as) selecionados(as) para residência universitária dispõem de serviços de fornecimento de água, gás, refeições, energia elétrica, internet e outros de forma gratuita – já que esta é uma competência da UFAL quando se é residente da RUA –, os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia contam unicamente com uma concessão mensal no valor de R\$300,00 (trezentos reais).

O pai da filha de Ana assumiu outro relacionamento no dia da descoberta da gestação, mas ele ainda mantém algum contato com a criança e envia R\$ 150,00 por mês. Todavia, no caso de Duda, que é moradora do Chã do Pilar (Pilar/Alagoas) o pai da sua filha desde o início mostrou algum tipo de rejeição à gravidez. Duda destaca que sentiu medo após a descoberta e que sua mãe foi peça chave para que ela aceitasse a gravidez, já que foi sua mãe quem lhe deu apoio.

Descobri a gravidez em dezembro de 2019, fiquei com muito medo e sem saber o que fazer, uma das primeiras coisas que fiz foi contar ao pai da minha filha, que não reagiu bem, colocou empecilhos e falou que eu não fazia ideia do que era ser mãe e que eu pensasse muito bem antes de decidir ter a criança. A pessoa mais importante pra mim foi minha mãe, quando contei a ela foi um susto, mas desde o início me apoiou e disse que estaria comigo e me ajudaria, foi depois disso que me senti melhor sobre a gravidez e comecei a aceitar. (Duda,2021)

Duda não trabalha e sua renda é obtida através do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica). Para ela essa bolsa de estudos é o que lhe permite custear despesas básicas da filha. No entanto, no momento dessa pesquisa o pagamento da bolsa estava atrasado devido à grave situação de desmonte das universidades públicas durante a pandemia. Assim, no decorrer desse período esta mãe solo passou a contar com a ajuda da mãe e da irmã para custear as suas despesas e as da sua criança.

Não moro nem tenho contato com o pai da minha filha. Até um (1) mês de vida ele a visitava, mas depois parou e nunca mais entrou em contato nem justificou a ausência. Ele não participa da vida dela. Eu gostaria que ele fosse presente, que ajudasse principalmente financeiramente e que pudesse dividir o cuidado pra que eu pudesse me dedicar mais aos estudos. (Duda,2021)

Franciele, assim como as demais mulheres que eu conversei, também não planejou a sua gravidez e acredita que a falta desse planejamento e de uma estabilidade financeira tornou o seu período gestacional um momento difícil. Esta entrevistada era estudante da Ufal, mas com

a gravidez precisou abandonar o curso visto que o pai da criança, na época seu companheiro, era servidor na Bahia – e isso inviabilizava a mudança dele para Alagoas – então ela “optou” por se mudar.

Fiquei desesperada, não pensava em outra coisa além da dualidade em que me encontrava entre escolher ser ou não ser mãe, medo do que as pessoas iriam achar, medo de perder o emprego (mantive minha gravidez escondida por muito tempo pra não perder o emprego), de não conseguir sustentar a mim e a uma criança, medo de não ser feliz e não dar conta de tudo que queria para mim e para o bebê. Às vezes acho que a gravidez poderia ter sido mais leve se minha ansiedade não fosse tão latente diante das dificuldades de uma gestação sem planejamento e estabilidade financeira. (Franciele,2021)

De acordo com Franciele, parir e passar pelo puerpério também foram etapas complicadas. Com a mudança para Bahia, além de ficar longe das pessoas que ela amava, ela também ficou sem sua rede de apoio feminina.

Me mudei, pari pelo SUS praticamente sozinha porque não tinha rede de apoio feminina na cidade e o hospital não queria deixar o pai entrar... passei por um tenso puerpério, depressão e solidão longe de todes que poderiam estar por perto(Franciele, 2021).

Para Scavone (2001, p.51) as facilidades e as dificuldades da maternidade além de variar de uma classe para outra e de país para país, variam também de acordo com a possibilidade de contar, ou não, com o apoio e/ou a proximidade da família e com as redes de solidariedades femininas. Desse modo, dispor de uma rede social de apoio pode tornar esse momento mais leve para as mulheres e para as suas crianças.

Rede social é um sistema composto por “... vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)” (Lewis, 1987, p. 443-444), que oferece apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades. Apoio instrumental é entendido como ajuda financeira, ajuda na divisão de responsabilidades, em geral, e informação prestada ao indivíduo (DESSEN e BRAZ, 2000, p.221).

Neste trabalho não estou falando de mulheres que não amam os/as seus/suas filhos(as), mas sim de mulheres que inicialmente não estavam preparadas para a descoberta de uma gestação não planejada. Como supracitado, Duda sentiu medo quando descobriu a gestação, mas o apoio da mãe fez com que ela aceitasse a gravidez; no sentido contrário a ausência física das pessoas que Franciele amava e a falta de uma rede de apoio propiciaram um puerpério difícil para ela. Emília, que é moradora do Benedito Bentes/Alagoas e mãe de duas meninas, declarou que apesar de também ter sido surpreendida com uma segunda gravidez conseguiu aceitar bem. E essa boa aceitação se deu, em partes, porque as pessoas da sua família apesar de surpresas também reagiram bem e lhe apoiaram.

Foi um choque, pois não foi uma gravidez planejada, inclusive estava tomando anticoncepcional. Mas consegui aceitar bem a notícia mesmo estando na reta final do curso [graduação] [...] foi um choque para as pessoas mais próximas a mim também, porque todos pensaram nos meus estudos, mas reagiram bem e me deram apoio (Emília, 2021)

O medo da família de Emília de que uma nova gestação pudesse interferir nos seus estudos é compreensível já que no geral o cuidado com os(as) filhos(as) é entendido como uma responsabilidade da mãe. Isto sem contar que a gravidez pode ocasionar situações inesperadas para as mulheres, como por exemplo, mal-estar, instabilidade emocional, necessidade de repouso, e outros. Urpia e Sampaio (2011, p. 155), apontam que apesar da gravidez não incapacitar a mulher de realizar atividades cotidianas, já que diversas mulheres trabalham e estudam até pouco tempo antes da gravidez, a gravidez é o passo inicial de um processo de transição que pode se dirigir para variadas direções.

A partir do que foi exposto nota-se que tratar da relação entre mulher e maternidade implica também em abordar a atribuição da responsabilidade do cuidado, principalmente, às mães (já que comumente espera-se que o pai seja o responsável pelo sustento e não pela criação dos/das filhos/filhas). Um dos resultados mais significativos da minha pesquisa revela que as mães com as quais conversei estão sobrecarregadas porque são as principais responsáveis pelo cuidado com as crianças. Das seis (6) entrevistadas, Ana e Duda relataram que o pai de suas filhas é ausente, sendo que no caso de Duda o pai não participa da vida da criança nem afetivamente, nem financeiramente; já nos demais casos o pai é presente, mas não compartilha, na mesma dimensão que à mãe, as responsabilidades com os(as) filhos(as).

Brenda, que é moradora de Campo Grande (Murici/Alagoas), me informou que quando é conveniente, há uma falta de compromisso do pai de sua criança em ficar com a filha e isto acontece, por exemplo, na semana de carnaval. Dessa forma, trata-se de uma paternidade de acordo com a disponibilidade. Além disso, Brenda relatou não só ser a principal responsável pela criação da filha, mas também a principal responsável financeira, já que o pai da criança não paga pensão.

O pai da minha filha tem essa boa vontade, essa essência de pai de querer tá com ela. Ele pega ela duas vezes por semana, dorme com ela e chega pra entregar ela no outro dia. Mas é aquela coisa, quando as coisas apertam pra ele, por exemplo, em semana de prova, ele simplesmente não aparece pra pegá-la. Então assim, ele já passa o mínimo de tempo com ela, porque a semana tem sete dias, ele fica com ela dois dias e os outros cinco dias é comigo. Então já há uma discrepância no que se refere à guarda compartilhada, por exemplo. Porque se a guarda compartilhada fosse entrar 100% em vigor ele teria que ficar com ela metade da semana e eu metade, então isso já não acontece, ele fica dois dias e eu fico cinco. Então além dessa discrepância nos dias que ele se responsabiliza com ela, há também a falta de compromisso dele quando ele vê que é conveniente para ele. Quando ele tá na semana de prova ele não vêm busca-la, na

semana de carnaval ele não vem; na semana que ele tá de férias e ele quer curtir uma praia ou viajar, ele simplesmente não vem. Então existe sim um peso da responsabilidade muito maior, infinitamente maior, pra mim. Sem contar a questão da pensão alimentícia, que ele não trabalha - mas hoje vejo que ele não trabalha por opção - e acaba que por esse motivo ele não paga pensão pra ela, então toda responsabilidade financeira de sustentá-la e de criá-la, de certa forma é comigo. (Brenda,2021)

A divisão sexual do trabalho gera expectativas de masculinidade e feminilidade que condicionam na vida das entrevistadas uma função acessória ao pai de suas crianças. Carol, que é moradora da Forene (Rio Largo/Alagoas) me contou que o pai de sua filha é glorificado quando realiza atividades com a criança. Atividades estas que a mãe realiza rotineiramente, mas que são percebidas apenas como sua responsabilidade diante do fato de ter gerado à criança.

A minha responsabilidade com ela é 80%, a responsabilidade dele é 20%. A minha responsabilidade com ela é muito maior, eu dou banho, comida, acalento quando chora, levo para o médico... A obrigação dele é dar uma passeadinha e olhe lá. Eu acredito que tenha sido a forma que eles foram criados, a forma que o mundo diz que se o pai fizer tal coisa pela criança – uma coisa que seria obrigação dele – como, por exemplo, se o pai leva o filho ao médico, as pessoas acham lindo. Mas não é lindo, é o correto! É obrigação dele (Carol,2021).

Ana, Emília e Franciele também destacaram a atribuição de pesos diferentes na responsabilidade entre mães e pais.

Coisas que o pai faz: paga 150R\$ de pensão, dá vários palpites na criação e tudo que eu falo ele tenta me ensinar [a fazer de outra forma] (Ana,2021).

As responsabilidades são bem diferentes. Aqui pelo menos a maioria das coisas recai sobre mim, que sou a mãe. Filho quando adocece, a gente que fica acordada de madrugada, a gente que acorda pra olhar o bebê quando chora no berço. O pai não faz isso, a mãe que se preocupa mais (Emília,2021).

Não moramos mais juntos, porém quando vivíamos juntos ele trabalhava e eu ficava em casa e na cabeça dele só era necessário ajudar eventualmente de acordo com sua vontade e não com a necessidade real (Franciele,2021).

Neste sentido, percebe-se a perpetuação de um modelo cultural que define as atividades segundo o sexo e que coloca a mulher como reprodutora e cuidadora. Para Baluta e Moreira (2019, p.9), mesmo que os costumes sejam modificados, possibilitando a transformação do modelo preestabelecido do papel social da mulher brasileira, as conquistas profissionais e de poder não afetaram a distribuição da responsabilidade pela criação dos filhos e pelos cuidados domésticos.

4. Maternidade e vida acadêmica

Segundo Bourdieu (2012, p.17) dentre todas as transformações que passou a condição feminina, as mais significativas são as que estão associadas à modificação do papel da instituição escolar na reprodução da diferença entre os sexos. Ainda de acordo com o autor, esta modificação permitiu o acesso das mulheres à instrução, e, por conseguinte à independência econômica e à transformação das estruturas familiares. Tendo isso em vista, nesta seção me dedicarei a observar como se dão as vivências de mulheres que se tornaram mães e acadêmicas.

4.1 Sofrimento psíquico das mulheres que precisam dedicar menos tempo aos/as filhos/filhas para dar conta das demandas acadêmicas

Dado que o foco deste trabalho é o espaço acadêmico, destaco que “as universidades brasileiras registram a presença histórica de um público majoritariamente feminino” (NUNES e PEREIRA, 2018, p. 5). Juraildes Nunes e Sandra Pereira (2018, p.8) evidenciam que dados do Censo da Educação Superior mostram que do total de mais de sete (7) milhões de matrículas realizadas nas instituições de nível superior em 2012, 57% são mulheres. Menezes et al. (2012) também verificaram essa predominância de mulheres nos espaços universitários. Através de dados do Censo de 2006 do Sistema de Avaliação do Ensino Superior – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) – estes autores observaram que das 4.676.646 matrículas em cursos de graduação presenciais, 2.605.611 foram realizadas por mulheres, isto equivale a 55,71% destas matrículas, o que mostra que nesse período as mulheres constituíram a maior parte do público que buscou ter acesso ao ensino superior. Atentos a esses dados, tais autores procuraram verificar como as mães universitárias, que também exerciam atividade profissional, lidavam com a necessidade de deixar seus filhos de até doze anos durante o período de aula.

Menezes et al (2012) verificaram que há uma realidade perversa no que se refere a subjetividade das mulheres que têm filhos durante o período acadêmico. E isto se dá porque elas vivenciam um impasse entre buscar sua satisfação pessoal e melhores condições socioeconômicas e atuar no papel social e histórico de cuidado e doação à família. Estes autores constataram nas falas de suas interlocutoras sentimentos de medo e de culpa pela ausência e distância dos filhos. Além desses, outro sentimento identificado foi a impotência frente à cobrança de múltiplos papéis construídos socialmente e historicamente para a figura feminina.

Popularmente ouve-se falar “nasce um filho, nasce uma culpa”, e este sentimento é produto da construção do padrão de maternidade no qual foram estabelecidos comportamentos que definem quais mulheres são boas mães. Badinter (1985, p. 201) em “Um amor conquistado: o mito do amor materno” expõe que a partir do século XVIII iniciou-se a era das provas de amor na qual a mulher passou a aceitar sacrificar-se para que seu/sua filho/filha vivesse – e vivesse bem – junto dela. Cobrava-se das mães um instinto materno que a tornasse capaz de primar sempre pelo bem-estar da sua criança. Dessa maneira a maternidade poderia ser percebida como um sacrifício já que as mulheres precisariam estar sempre prontas para fazer renúncias em prol de suas crianças.

No caso das mães-universitárias a culpa é fruto principalmente da necessidade de deixarmos nossas crias por algum tempo para buscar realização pessoal e/ou melhores condições socioeconômicas. No meu caso, inúmeras vezes me senti culpada e me questionei se realmente deveria me privar de alguns momentos com meu filho para estudar ou se deveria acompanhá-lo em todas as brincadeiras. Com a minha interlocutora Franciele não foi diferente. Franciele relatou não só se sentir egoísta, mas também destacou as dificuldades de maternar e estudar.

É difícil para caramba, quando voltei às aulas me sentia egoísta e quando estava em casa não conseguia me dedicar aos estudos por conta da demanda materna, cada prova carrega maiores obstáculos quando se é discente e mãe. É difícil lidar com tudo sozinha. (Franciele, 2021)

Assim como Franciele, as demais mulheres com as quais conversei relataram que com a chegada de suas crianças também passaram a ter dificuldades para dar conta das demandas acadêmicas.

A realização das atividades tem sido muito mais difícil desde então. Vez por outra entrego trabalhos atrasados ou até mesmo deixo de entregá-los por não ter tido como fazer. (Brenda, 2021)

Quando ela nasceu, em 15 de agosto de 2020, não estava tendo aula por causa da pandemia, a minha orientadora do PIBIC me deu licença maternidade e isso me ajudou muito. Em outubro começou o período PLE [Período Letivo excepcional, com aulas remotas] que eu tentei cursar algumas disciplinas, mas não deu certo, tive que abandonar porque não consegui acompanhar nenhuma aula. (Duda, 2021)

Foi e está sendo difícil, a minha bebê está prestes a completar um ano, mas ainda requer muita atenção e o dia todo me dedico a ela, a minha filha mais velha e aos cuidados com a casa, com isso, sobra pouco tempo para os estudos. (Emília, 2021)

Mesmo com as aulas remotas durante a pandemia, Duda que é mãe solo, não conseguiu manter a frequência nas disciplinas por um motivo específico:

...apesar de contar com a ajuda de minha irmã e mãe, minha filha tem apenas sete (7) meses e chora muito quando está longe de mim, então na maioria das vezes preciso abandonar a aula pra cuidar dela. (Duda, 2021)

Essas dificuldades para cumprir as demandas acadêmicas, após a gravidez, trouxeram como consequência para as minhas interlocutoras a dilatação no tempo estimado para conclusão do curso.

Nunca fiz trancamentos e nem interrupções no curso. Sendo que eu estou cumprindo minha estadia na universidade de forma lenta e atrasada. Pra cê tê noção, já era pra eu estar formada há pelo menos um ano. (Brenda, 2021)

Eu não vou conseguir cumprir o curso no tempo estimado, pois logo após o nascimento eu tranquei. Além do valor ter ficado muito elevado [somado as despesas da criança], eu precisava de mais tempo pra ela. (Carol, 2021)

Quando tive minha primeira filha eu estudava em outra instituição e não tive apoio algum, passei 2 anos com o curso trancado. (Emília, 2021)

Costa (2008) em um trabalho sobre as mães universitárias, chama atenção justamente para as dificuldades enfrentadas por mulheres que além de estudantes são mães. O autor sinaliza que as mães universitárias na UFS (Universidade Federal de Sergipe) sofrem por sua maternidade durante a graduação e diversas vezes precisam atrasar ou trancar o curso para se dedicar aos/as seus/suas filhos(as), principalmente porque não têm onde deixá-los(as). Segundo o autor uma das soluções para este problema poderia ser a criação de creches nas próprias universidades federais. Mas apesar de esse ser um direito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), ainda é uma pauta da luta feminista e de trabalhadoras desde a década de 70. De acordo com Costa (2008) – até o momento do seu estudo – menos da metade das instituições federais (IFES) dispunha, de creches nas suas dependências. No caso da UFAL, a creche é conveniada com o município e atende prioritariamente a demanda de crianças residentes nas imediações da Cidade Universitária durante o dia, o que não contempla as mães que como eu estudam a noite.

Outro ponto a ser debatido, no âmbito da saúde mental das mães diz respeito às situações em que a demanda pelo cuidado se intensifica, por exemplo quando a criança apresenta alguma dificuldade no desenvolvimento, doenças, deficiências e outros. Franciele me contou que seu filho tem apraxia da fala, de modo que a dificuldade de comunicação causa estresse na criança e conseqüentemente traz impactos sobre a vida estudantil da mãe.

...à medida que ele cresce e não consegue se comunicar como ele queria ele tem ficado estressado e grita bastante. É bem difícil estudar, [precisa] toda uma organização para assistir aula (Franciele, 2021).

Aqui não se trata apenas do tempo, mas de toda energia que a mãe precisa dedicar à observação do desenvolvimento do filho, aos julgamentos morais em torno das suas práticas de cuidado e para conseguir se dedicar aos estudos. Franciele afirma que inicialmente precisava levar seu filho em outra cidade para que ele pudesse ter acesso aos tratamentos, foi só recentemente que ela conseguiu terapia com fonoaudiólogo na cidade em que mora. Após o diagnóstico a criança passou a ser acompanhada por neurologista, psiquiatra e fonoaudiólogo. Contudo, Franciele sinaliza que as pessoas que não convivem com a criança tendem a desacreditar no diagnóstico e culpabiliza-la pelo atraso de fala do seu filho em decorrência da forma (não verbal) que ela se comunica com ele.

O fato é que a maternidade atípica é sempre julgada diante dos olhos do “comum”. O que acaba isolando a gente. (Franciele, 2021)

Mesmo com as adversidades supracitadas observei que as minhas interlocutoras persistem em dar continuidade à graduação porque vislumbram possibilidades na conclusão do curso:

A graduação representa uma luz no fim do túnel. Quero pegar logo [o diploma] pra ver se consigo trabalhar. (Ana, 2021)

O fim da graduação representa a concretização de um sonho que tomou ainda mais significado e importância depois que minha filha nasceu. É o fechamento de um ciclo difícil e cheio de intempéries, e também a oportunidade de começar um novo ciclo de crescimento pessoal/profissional [mestrado]. (Brenda, 2021)

A conclusão desse curso pra mim e para minha família é muito importante, pois será um grande passo para nossas vidas. É um passo para minha liberdade e um passo para que eu possa cuidar melhor da minha família, eu mesmo me sustentando. (Carol, 2021)

Uma graduação representa a possibilidade de uma vida melhor e minimamente estável financeiramente, além de me realizar enquanto ser humano e me sentir completa diante das conclusões dos desafios que me coloco para vivenciar. (Franciele, 2021)

4.2 A ausência de políticas públicas como um dos mecanismos de exclusão das estudantes que são mães

A literatura especializada, aponta uma ausência de dados no que se refere a identificação do perfil das estudantes de graduação com filhos. Buscando analisar as condições de permanência de estudantes que são mães em uma universidade pública federal. Silva e Guedes(2020, p.473) apontam que mesmo que a identificação do perfil das estudantes de graduação com filhos(as) seja uma informação pouco considerada, ou ainda ignorada nos registros oficiais das universidades, ela é fundamental para entender as condições de permanência e êxito acadêmico desse grupo de mulheres no ensino superior. Através da

realização de questionários virtuais e registros em diários de campo – resultantes da participação em um grupo virtual do aplicativo WhatsApp – estes autores observaram que:

Com base nos dados obtidos, os desafios à permanência de estudantes que são mães e cuidadoras na universidade na conciliação entre maternidade e vida acadêmica são: dificuldade em solicitar regime de exercícios domiciliares; baixo acesso a creches públicas e ausência de condições econômicas para buscar tal serviço na rede privada; dificuldade em acompanhar o fluxo dos respectivos cursos; resistência por parte de docentes às estudantes que necessitam levar sua criança à sala de aula; incompreensão, pelos docentes, da sobrecarga de atividades e do número de ausências; discriminações praticadas pela comunidade acadêmica, sobretudo os discentes; ausência de salas acessíveis destinadas à amamentação e a cuidados básicos (algumas estudantes relataram realizar a troca de fraldas em carrinhos, bancos e mesas nos corredores); ausência afetiva e/ou financeira por parte dos genitores; ausência de rede de apoio; distância entre a residência e a universidade; gravidez de risco; perseguição paterna; depressão pós-parto; trancamento do semestre em decorrência da sobrecarga; e impossibilidade de conciliar o puerpério e as atividades acadêmicas (SILVA e GUEDES, 2020, p.474).

É preciso dar maior visibilidade às consequências da chegada de um(a) filho(a) na vida universitária das mulheres, pois em alguns casos somente a vontade – ou desejo – de concluir uma graduação não é o suficiente para dar continuidade ao curso. Para Urpia e Sampaio (2011, p.164) as políticas que pretendem funcionar como ações facilitadoras da permanência dos acadêmicos(as), não podem deixar de adotar as universitárias que são mães como grupo social em desvantagem de permanência ou rendimento acadêmico.

Nenhuma das minhas interlocutoras foi contemplada por políticas públicas voltadas para universitárias que são mães, pois elas não existem nas instituições que elas estudam. Na realidade o que se observou é que em alguns casos, há indiferença de professores(as) e da instituição à condição de mãe das estudantes. Assim, percebe-se a necessidade da promoção de debates sobre as disparidades entre os sexos a fim de desenvolver ações que promovam mudanças significativas no sistema atual.

Segundo Silva e Guedes (2020, p. 474) no cenário brasileiro a Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975, assegura a estudante gestante – a partir do oitavo mês – que mediante atestado médico (durante um período de três meses) é possível dar continuidade aos estudos através de regime de exercícios domiciliares. No entanto, no relato de Ana, é possível notar não só o desrespeito “a única política pública assegurada por lei às estudantes gestantes de instituições federais de ensino superior no país” como também a hostilidade de alguns/algumas docentes.

Quando a minha filha nasceu aí eu voltei para o interior que eu morava antes da gravidez, aí foi outro problema porque tipo eu tive que largar o emprego e ficar na casa dos meus pais novamente. Pra estudar era muito complicado porque ela adoecia muito. E teve um professor inclusive que disse que só iria aceitar a licença-maternidade, se eu fosse pra o CEDU fazer prova. Então eu tive que me deslocar no pós-operatório para fazer prova, porque eles disseram que iriam me reprovar se eu não fosse. (Ana, 2021)

Este não foi o único mecanismo de exclusão no qual Ana foi exposta. A universitária relatou também a resistência de docentes em aceitar crianças em sala de aula. Reclamações sobre como a presença da criança perturba o andamento da aula, julgamentos morais em torno da escolha pela maternidade e mesmo da falta da rede de apoio, são comuns às nossas experiências na graduação. Porém, pouco se reflete a partir da perspectiva das mulheres, que excluir a criança desse ambiente muitas vezes resulta também na exclusão da mãe.

Nem sempre eu tinha com quem deixar minha filha, era muito complicado. Eu já escutei da boca de professora “ah, você engravidou porque você quis”. Teve uma professora que olhou pra minha casa e disse assim “sala de aula não é lugar de criança, se você trazer ela você não vai poder entrar na minha sala, porque não gosto de criança dentro da sala”. E pra fazer trabalho aí que ficava difícil porque eles colocavam várias coisas pra gente fazer e a minha filha não ficava quieta num canto, ela é muito elétrica e eu não conseguia me concentrar, até hoje não consigo. Se eu quiser muito, muito mesmo me organizar pra estudar eu tenho que passar a noite em claro, porque durante o dia ela não deixa, e o dia em claro porque ela não me deixa dormir durante o dia. (Ana, 2021)

Além da resistência por parte dos/das docentes é preciso destacar também a cobrança para que a mulher consiga manter o mesmo ritmo de quando não era mãe, pois para alguns/algumas já que ela “escolheu” engravidar deveria arcar com as consequências, e isso inclui manter um bom rendimento acadêmico.

A instituição que eu estudo não deu nenhuma assistência [...] Vai da coordenação às pessoas da secretaria. A coordenadora como recém-mãe deveria ter pensado, mas não pensa, é como se já que eu tive peito para engravidar, eu tenho que ter o mesmo peito para seguir em frente. Não importa nada, se está sendo fácil, se está sendo difícil, se eu moro perto ou se eu moro longe. Apenas tenho que manter a mesma postura que eu mantinha antes, em relação à pontualidade, em relação a presença e em relação ao pagamento das mensalidades (Carol, 2021).

4.3 As redes de apoio segundo uma lógica de “ajuda” conforme a disponibilidade das pessoas que integram essas redes

Os relatos das minhas interlocutoras reforçam que as acadêmicas que são mães estão em desvantagem, principalmente porque as demandas maternas que tomam grande parte do nosso dia são invisibilizadas. Como demonstrei na seção anterior, as mães com as quais conversei são as principais responsáveis pelos(as) seus/suas filhos(as). Das seis (6) entrevistadas cinco (5) têm suas mães como as principais pessoas que lhe fornecem apoio no cuidado com as suas crianças, e somente duas (2) mulheres citaram os pais de seus filhos como alguém a quem

podem recorrer para esse tipo de apoio. Ademais, em dois (2), dos seis (6) casos foi relatado também o auxílio das irmãs.

Minha mãe, ela sempre ajuda quando dá realmente. Mas nem sempre ela pode. (Ana, 2021)

Posso contar com elas [mãe e irmã] apenas pra trabalhar e estudar. Mas no caso de eu estar em casa e precisar estudar pra uma prova, não posso, pois moro sozinha com minha filha. (Brenda, 2021)

Minha vida se transformou, meus horários e hábitos... Minha vida depende do momento dela e da hora dela [da criança]. Para que eu possa estudar para as provas minha mãe precisa tirar ela de casa. Mesmo ela chorando muito é necessário porque para fixar o assunto preciso de um pouco de calma e ela não para um só segundo. (Carol, 2021)

Quando preciso fazer algum trabalho ou prova, deixo minha filha com minha irmã ou minha mãe, porém minha mãe só pode ficar com ela nos fins de semana. (Duda, 2021)

Só minha mãe e meu esposo [ficam com a criança para que ela possa estudar], mas não é nada pré-definido. (Emília, 2021)

No primeiro semestre não tinha com quem deixar meu filho, então perdi todo o semestre e no segundo só frequentava a universidade uma vez por semana por ser o único dia que o pai estava de folga para ficar com ele. (Franciele, 2021)

Em primeiro lugar, destaco a predominância de figuras femininas como as principais integrantes das redes de apoio das minhas interlocutoras. Tal predominância ocorre, principalmente porque o cuidado é interpretado como uma função feminina. Esta associação linear entre cuidado e mulheres tende a se intensificar no trabalho de cuidado remunerado. Não é o meu caso e nem o de minhas interlocutoras, poder contar com a assistência de uma cuidadora paga, porém essa referência ajuda a refletir sobre as cadeias de exploração em que estamos inseridas. Em uma pesquisa, realizada em 2010-2011, sobre “Teorias e práticas do care: comparação Brasil, França, Japão”, Helena Hirata pôde observar a existência de uma divisão social, sexual e racial presente no trabalho do cuidado, já que estão envolvidas majoritariamente mulheres e “as cuidadoras são em sua maioria as mais pobres, as menos qualificadas, de classes subalternas, imigrantes” (HIRATA, 2014, p.67). Ela demonstra como a atuação de mulheres de classe no mercado de trabalho está ancorada nessa possibilidade de recorrer ao “cuidado pago” e invisibilizado.

Em segundo lugar, ressalto que a partir dos relatos supracitados foi possível perceber também que apesar das redes de apoio serem de extrema importância, tanto a colaboração das irmãs, como das avós maternas e a dos pais das crianças não ocorre sempre, mas sim de acordo com a disponibilidade destes(as). Dito de outra forma, as redes de apoio das minhas interlocutoras não necessariamente correspondem às necessidades dessas mulheres, pois

funcionam segundo uma lógica de “ajuda”, conforme a disponibilidade de tempo e oferta de cuidado das pessoas que integram a rede.

Apesar de estarem inseridas em contextos diferentes, a reprodução dessa lógica que reitera o cuidado como uma função feminina também pode ser uma realidade na carreira científica das mulheres. Caruzo et al. (2020) avaliaram que as desigualdades entre homens e mulheres também geram uma sobreposição de fragilidades para a carreira das mães cientistas. As autoras destacaram que dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que quando comparadas aos homens as mulheres destinam quase o dobro do tempo para os trabalhos domésticos e para os filhos.

Ainda segundo Caruzo et al. as diferenças de gênero tendem a se dilatar ainda mais neste período pandêmico, já que as demandas urgentes da criança interferem no foco e no tempo para se concentrar no trabalho acadêmico. Isto seria verificável, por exemplo, no declínio do número de artigos submetidos por mulheres durante o período de pandemia, quando em contrapartida houve um aumento de 50% nas submissões de artigos científicos por homens.

Diante disso, percebe-se a necessidade de dar maior atenção também às consequências da maternidade na carreira científica das mulheres. Boueri e Assis (2018) expõem que para a bióloga Fernanda Staniscuaski – uma das líderes do projeto Parent in Science (Pessoas com filhos na ciência, em tradução livre) – somente a licença-maternidade não é suficiente como política de incentivo para cientistas que são mães. Este seria um direito adquirido, mas que ainda sim reproduz pressões, haja visto que se espera que a mãe volte da licença com o mesmo ritmo de quando não tinha filhos(as). Assim, para Staniscuaski, uma das alternativas seria estimular o movimento Maternidade no Lattes.¹

4.4 Impactos da pandemia sobre as demandas acadêmicas das mulheres acadêmicas

Através das entrevistas pude notar que a pandemia trouxe alguns impactos sobre a vida estudantil das entrevistadas. Isso porque eliminou a possibilidade e a autorização para o afastamento das entrevistadas do ambiente doméstico. No ensino remoto, assistir aulas e cuidar das crianças se tornaram atividade aparentemente “mais conciliáveis”. Porém, na percepção das

¹ Este movimento buscou a inserção da licença maternidade no currículo Lattes a fim de que o tempo dedicado ao cuidado dos filhos possa contar como parte dos trabalhos realizados pelas cientistas.

mulheres, o que ganha destaque é o contrário. Carol relatou dificuldades para estudar nesse período pandêmico, pois as demandas da filha tendem a atrapalhar a sua concentração.

O apoio da minha mãe é essencial em minha vida pois ela fica com minha filha. Com a aula em casa é péssimo já que ela [a criança] quer sempre estar perto. Ela tem dois (2) anos e ainda mama (Carol, 2021).

Por outro lado, para Franciele o período pandêmico trouxe para ela a possibilidade de o pai de sua criança ficar com o filho durante quinze dias, o que antes não era possível.

Meu filho tem ficado quinze (15) dias comigo e quinze (15) dias com o pai na pandemia. Quando estou sem ele meio que corro atrás do tempo perdido nos estudos, mas quando estou com ele eu meio que só apareço na aula chamada.

De acordo com o que foi exposto nota-se que a universidade ainda não é um espaço acolhedor para as universitárias e cientistas que são mães, por isso Araújo (2021, p. 5) coloca que as mulheres que maternam nas instituições de ensino superior tem suas vivências transformadas em resistências. E isto tende a se acentuar quando voltamos a atenção para as mulheres negras. Para compreender as desigualdades nas quais essas mulheres são expostas é preciso olhar para elas a partir de uma perspectiva interseccional.

Carla Akotirene (2018, p.35) promove em seu trabalho um debate sobre a interseccionalidade, como um termo inaugurado por Kimberlé Crenshaw em 1989. De acordo com Akotirene essa expressão representa o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, que impulsiona intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre condições estruturais nas quais o racismo, sexismo e violências correlatadas se sobrepõem, discriminam e criam encargos exclusivos para as mulheres negras.

No caso das estudantes que são mães, Mithaly Corrêa (2020), salienta que as intersecções acentuam as dificuldades enfrentadas por essas mulheres, isto é, as mães negras, periféricas, pobres e que não contam com uma ampla rede de apoio poderão sofrer mais opressões. Ainda de acordo com a visão desta autora, essa diferença é decisiva quando se refere à permanência universitária materna, assim, não se pode falar de maternidade sem recorrer a interseccionalidade, pois isto excluiria as mães mais vulneráveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas verificou-se que as seis (6) entrevistadas convivem com desigualdades de gênero que são fundamentadas na divisão sexual do trabalho. Todas as mulheres entrevistadas são as principais responsáveis pelo cuidado dos(as) seus/suas filhos(as), enquanto os pais das crianças não costumam dedicar muito tempo as atividades paternas ou são ausentes. Neste sentido, pôde-se concluir que esta atribuição da economia do cuidado – exclusivamente ou em grande maioria – ao sexo feminino contribui para acentuar a assimetria entre práticas femininas e masculinas, o que impacta diretamente na realização das demandas acadêmicas das entrevistadas.

Diante de uma divisão desigual das responsabilidades sobre os(as) filhos(as) as entrevistadas passaram a ter maiores dificuldades para cumprir as demandas acadêmicas porque estavam sobrecarregadas com as atividades de cuidado com suas crianças. Dito de outra forma, com o nascimento do(a) filho(a) e frente à divisão sexual do trabalho o ritmo da mãe passou a depender do ritmo da criança, como bem destacou uma das entrevistadas.

Adichie (2015, p.7) ressalta que existem mais mulheres do que homens no mundo, no entanto os cargos de poder e prestígio são ocupados pelos homens, de modo que quanto mais perto do topo chegamos, menos mulheres encontramos. Desse modo, o presente estudo torna evidente a necessidade de as políticas públicas – voltadas para a permanência dos alunos nas instituições – acolherem as estudantes que são mães como grupo social em desvantagem de permanência ou rendimento acadêmico. Não se trata de nos dar vantagens, mas sim de desenvolver alternativas que promovam a equidade entre os alunos, já que “as tarefas relacionadas à posição de estudante universitária participam do cotidiano doméstico da jovem, e se cruzam com as demandas de sua criança, dialogando, não sem conflitos, com a posição de mãe [...] (URPIA e SAMPAIO, 2011, p. 158).

O se pôde identificar foi não só a inexistência dessas políticas públicas destinadas às universitárias que são mães, mas também, o despreparo de instituições e de docentes, já que se verificou em alguns casos a resistência por parte de docentes às estudantes que precisam levar sua criança à sala de aula e uma cobrança pelo mesmo ritmo e rendimento de antes do nascimento dos(as) filhos(as). Desse modo, destaca-se não só a necessidade de uma política universitária que atenda a todas as mães graduandas, mas também a sensibilização da comunidade acadêmica, através da adoção de medidas que promovam o respeito às estudantes e as suas crianças.

Apesar das intempéries vivenciadas pelas estudantes que são mães elas persistem em dar continuidade aos estudos porque a conclusão da graduação tem algum significado para elas. Dentre os significados identificados na pesquisa é possível citar: a realização pessoal/profissional e a liberdade financeira. E isto é compreensível porque a educação é um dos meios pelo qual as pessoas – em especial os indivíduos marginalizados como negros e mulheres – vislumbram oportunidades de ascensão ou de condições minimamente melhores. Todavia, ressalto que as vezes somente a força de vontade não é suficiente para dar continuidade aos estudos.

No que se refere às redes de apoio a avó materna foi citada majoritariamente como a principal rede de apoio das mulheres entrevistadas, o que reitera o cuidado como uma prática feminina. Das seis (6) entrevistadas, cinco (5) apontaram a mãe como a pessoa que cuida de suas crianças para que elas possam dedicar algum tempo para os estudos. Somente duas (2) mulheres citaram o marido.

Apesar de as redes de apoio das interlocutoras serem importantes para a sua permanência na universidade, estas redes não necessariamente correspondam às necessidades das mulheres, tendo em vista que funcionam segundo uma lógica de “ajuda” conforme a disponibilidade de tempo e oferta de cuidado das pessoas que integram a rede.

Diante do que foi supracitado, quando se volta para o papel dos progenitores percebe-se que a divisão sexual do trabalho ainda condiciona à mulher o papel de principal responsável pelas crianças como se isso fosse algo natural e não socialmente e historicamente construído. No entanto, reitera-se que pais e mães devem ter uma responsabilidade paritária sobre a educação e criação dos(as) filhos(as).

Neste sentido, partindo do pressuposto de Bourdieu (2012, p.46) de que as estruturas de dominação dos homens sobre as mulheres são frutos de um trabalho incessante de reprodução, no qual os principais agentes são: os homens (através da violência física e simbólica), as instituições, a família, a Igreja, a Escola e o Estado; sugere-se que as desigualdades entre os sexos é algo que precisa continuar sendo debatido e desconstruído a fim de que essa dominação não continue atrapalhando a vivência das mulheres. As lutas traçadas pelos movimentos feministas e movimentos de mulheres já promoveram diversos avanços na vida das mulheres, todavia ainda é preciso avançar mais. E isto inclui aderir à luta por instituições que desenvolvam programas voltados para universitárias que são mães a fim de minimizar a disparidades entre estas acadêmicas e os demais alunos.

6. REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. 1ª ed. Companhia Das Letras, 2015.

AKOTIRENE, Carla. **Vamos pensar direito: interseccionalidade e as mulheres negras**. In: RIBEIRO, Djamila (org). Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Natália Yolanda de Carvalho. **Corpos dissidentes no espaço universitário: temporalidade, perspectivas e necessidades de mulheres mães universitárias**. Rev. Equatorial. 2021, v.8 n.14.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALUTA, Maria Cristina.; MOREIRA, Dirceia. **A injunção social da maternagem e a violência**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, vol.27, n. 1, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida**. 2ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

BOUERI, Aline Gatto; de ASSIS, Carolina. 2018. **Sem considerar maternidade, ciência brasileira ainda penaliza mulheres. Gênero e Número**. Disponível em: <http://www.generonumero.media/sem-considerar-maternidade-ciencia-brasileira-ainda-penaliza-mulheres/> Acesso em: 10 abr 2021

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CARUZO, Maria Beatris Rossi et al. **Maternidade, ciência e pandemia: um apelo urgente à ação!** Hoehnea. v.47 São Paulo, 2020.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. In: HIRATA, Helena (org) et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. Rio de Janeiro: UNESP, 2009.

CORRÊA, Mithaly. **“Nadando contra a corrente”, por Mithaly Corrêa, coordenadora do Núcleo Materna**. 2020. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.com/mulheres-m%C3%A3es-universit%C3%A1rias>. Acesso em: 06 jun. 2021.

CORREA, Sonia. **O conceito de gênero: teoria, legitimação e usos**. In: O Progresso das Mulheres no Brasil 2003 – 2010. Rio de Janeiro: CEPIA, 2011, p. 339 – 345. Disponível em <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>> Acesso em 7 de abr. de 2021

COSTA, Luiz Paulo. **Mães universitárias ainda são 'órfãs' na UFS**. Blog do Contexto Online UFS. Blog do Jornal Laboratório do Departamento de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe, 21 mai 2008. Disponível em: http://blog-contexto-ufrs.blogspot.com/2008/05/mes-universitrias-ainda-so-rfs-na-ufrs_7495.html . Acesso em: 9 abr 2021

CYRINO, Rafaela. A gestão do trabalho doméstico entre as mulheres executivas: Um exemplo de combinação de dados de uma pesquisa de Usos do Tempo com metodologia qualitativa. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**, v. 34, 2011.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. **Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos**. Instituto de psicologia (Universidade de Brasília), v.16, n3, p.221-231, 2000. Disponível em: < <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25627> > Acesso em: 10 nov. 2020

GUÉRIN, Isabelle. Sociologia econômica e relações de gênero. In: TEIXEIRA, Marilane (org) et al. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres- Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 14, p. 45–86, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635340>. Acesso em: 29 mar. 2021.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, Revista de sociologia da USP. 2014. Disponível em: https://ava.ufal.br/pluginfile.php/648175/mod_resource/content/1/Helena%20Hirata.pdf. Acesso em: 9 set. 2021.

JAGGAR, Alison M. **Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista**. In: JAGGAR, Alison M. (org) et al. Gênero, Corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Record: ROSA DOS Tempos, 1997.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de trabalho. In: TEIXEIRA, Marilane (org) et al. **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres- Desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MATOS, Marlise. **Reivencões do vínculo amorosos: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/25-encontro-anual-da-anpocs/st-4/st19-3/4675-mmatos-reinvencoes/file> Acesso em: 7 mar. 2021.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX [ONLINE]**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. História e Saúde Colletion.

MARQUES, Gleyce. **O abandono paterno e a culpabilização da mulher**. 2020. Disponível em: <http://plone.ufpb.br/comu/contents/noticias/o-abandono-paterno-e-a-culpabilizacao-da-mulher> Acesso em: 15 abr. 2021.

MENEZES, Rafael de Souza et al. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.** v.20 n.21 São Paulo, 2012.

MORAES, Madson. **Abandono afetivo paterno: pais apenas no papel ou nem isso**. 2020. Disponível em: [https://lunetas.com.br/abandono-afetivo-paterno/#:~:text=Definindo%20o%20que%20%C3%A9%20o%20abandono%20afetivo%20paterno&text=Apenas%20no%20primeiro%20semestre%20de,Registro%20Civil%20\(CRC%20Nacional\)](https://lunetas.com.br/abandono-afetivo-paterno/#:~:text=Definindo%20o%20que%20%C3%A9%20o%20abandono%20afetivo%20paterno&text=Apenas%20no%20primeiro%20semestre%20de,Registro%20Civil%20(CRC%20Nacional)) Acesso em: 15 abr. 2021.

NUNES, Juraildes Barreira; PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes. **A presença das mulheres no ensino superior e o papel das políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23378/16097>. Acesso em: 22 out. 2021.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni; MARQUES, Stanley Souza Marques. Contribuições para uma reconstrução crítica da gramática moderna da maternidade. **Rev. Estud. Fem.** v.28 n.1 Florianópolis, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2020000100211&lang=pt Acesso em: 14 abr. 2021.

PINHEIRO, Luana et al. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Estudos feministas**. Florianópolis, 2009.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero*. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n°8, p. 47-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2020.

SILVA, Maria Clara Ramos da Fonseca; GUEDES, Cristiano. Redes sociais e ativismo materno: desafios entre estudantes de uma universidade pública. **Rev. katálysis** vol.23 n°3 Florianópolis Set./Dez. 2020.

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha Sampaio. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha Sampaio, (org). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 145-168. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020